

A TEMPESTADE PERFEITA

A alguns meses venho ouvindo a expressão tempestade perfeita sobre a economia brasileira, que envolve a crise que estamos enfrentando. Em alguns anos atrás, ouvíamos outra expressão, apagão, podendo ser apagão logístico, de energia, de estradas e rodovias, que significava que nossa infraestrutura estava ultrapassada ou não atendia mais as necessidades de nossa economia e população.

Naquele momento, o apagão era encarado por um lado ruim e outro bom, pois nossa economia estava crescendo e precisávamos de mais portos, mais rodovias, mais energia etc. Infelizmente, neste ano de 2015, passamos a ouvir nos noticiários outra expressão, a tempestade perfeita, que segundo os estudiosos está relacionada a alta da inflação, alta do dólar, aumento do desemprego, recessão e agora greve.

Desde junho de 2015 os servidores da Justiça Federal, em sua grande maioria, estão em greve, reivindicando reajuste salarial, sendo seus motivos justos, no entanto, toda greve gera consequências, sendo sempre a parte mais fraca, a população, a mais afetada pelo movimento grevista.

No dia 07 de julho de 2015, os servidores do INSS entraram em greve, também buscando reajuste salarial, alegando perdas em virtude da inflação e melhores condições de trabalho e novos concursos públicos para atender melhor a população. Novamente a parte mais afetada, a população, pois quando precisa dos serviços prestados pelo INSS, como aposentadorias, salário maternidade e auxílio-doença, fica sem atendimento na sua grande maioria. No fim de agosto, os médicos peritos também aderiram à greve, agravando ainda mais a situação dos segurados do INSS.

Também, existe a informação nos meios de comunicação que provavelmente na segunda quinzena deste mês de setembro de 2015, os bancários e os funcionários dos Correios entrarão em greve, o que prejudicará ainda mais a população brasileira. Inclusive, já existe uma convocação para uma greve geral dos servidores públicos para o dia 23 de setembro.

Para agravar mais a situação, nesta semana, a população brasileira foi surpreendida pela informação de que o governo federal pretende retornar a cobrança da CPMF no índice 0,20%, anunciado inicialmente pelo Ministro da Fazenda que os valores arrecadados iriam

todos para a Previdência. No entanto, ao pedir apoio aos 19 governadores que se reuniram com a Presidenta no início desta semana, já houve mudança no discurso, divulgando que a CPMF agora seria de 0,38%, e que parte dela poderia ir para os Estados.

Enfim, parece *dèjà-vu*, palavra de origem francesa que significa impressão ou sensação de ter vivido no passado uma situação atual, pois esta história já ocorreu no fim da década de 90, quando foi defendida a criação da CPMF pelo então Ministro da Saúde Dr. Adib Jatene, famoso cardiologista que por sua credibilidade pessoal e profissional foi, em tese, usado pelo governo à época para conseguir aprovar no Congresso Nacional este imposto sob a alegação de que seria direcionado todos os seus recursos para a saúde, sendo que no início foi, mas com o passar do tempo, apenas 10% do que era arrecadado com ela ia para a saúde, uma vez que em 2001 o Governo Federal com a Emenda Constitucional acerca da desvinculação de receitas da união – DRU, pode desviar parte destes recursos para a dívida pública ou outras contas do governo. Porque hoje seria diferente?